

Entrevista

Releitura histórica dos jesuítas: Conversas com o historiador português José Eduardo Franco

History of the Jesuits rereading: Conversations with the Portuguese historian José Eduardo Franco

Norberto Dallabrida¹

norbertodallabrida@gmail.com

Atualmente José Eduardo Franco é o diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), que é uma das maiores unidades de pesquisa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal no campo das Ciências Sociais e Humanas. Um dos grandes projetos que ele codirige com Pedro Calafate – professor da Universidade de Lisboa – é a *Obra Completa do Padre António Vieira*, constituída por 30 volumes. Essa extraordinária publicação, que envolve pesquisadores renomados de países europeus e do Brasil, é o coroamento de uma série de estudos que José Eduardo fez sobre o padre Vieira. Em 2008, publicou “*Padre António Vieira (1608-1697): imperador da língua portuguesa*” (Editora Correio da Manhã) e, em coautoria com Isabel Morán Cabanas, “*O Padre António Vieira e as mulheres: uma visão barroca do universo feminino*” (Editora Campo das Letras). No ano seguinte, organizou a coletânea “*Entre a selva e a corte: novos olhares sobre Vieira*” (Editora Esfera do Caos), que contém trabalhos dos pesquisadores brasileiros Alcir Pécora, Paulo de Assunção e Valmir Francisco Muraro.

Em verdade, esses estudos sobre o padre Vieira são um desdobramento da exaustiva e metódica investigação científica realizada por José Eduardo sobre a Companhia de Jesus em perspectiva comparada e mundial. Na sua dissertação de mestrado, orientada pelo professor António Nóvoa, estudou a *Brotéria*, revista científica dirigida por jesuítas portugueses desde o fim do século XIX, que resultou no livro “*Brotar educação*” (Roma Editora, 1999). Contudo, a sua tese de doutorado intitulada “*O mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX*”, defendida na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris), em 2004, sob a orientação do Professor Doutor Bernard Vincent, é um trabalho acadêmico de fôlego, de abrangência global e de longa duração sobre a Companhia de Jesus. Tendo menção da banca *Très Honorable avec Félicitations du Juri*, essa tese foi publicada em forma de livro em Portugal e na França, tendo respectivamente os seguintes títulos: “*O mito dos Jesuítas: em Por-*

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

tugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI-XX)”, em dois volumes (Editora Gradiva, 2006-7) e *Le Mythe Jesuite: au Portugal, au Brésil et en Europe (XVI-XX Siècles)* (Editora Arké, 2007). José Eduardo também é autor de “Jesuítas e Inquisição: cumplicidades e confrontações” (Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007).

Com essa trajetória acadêmica, ele tornou-se o especialista mais abalizado sobre a Companhia de Jesus em Portugal e um dos jesuitólogos mais competentes no espaço euro-americano. À luz de categorias da nova historiografia e de um *corpus* documental amplo e em parte inédito, José Eduardo lança um olhar revisionista sobre a presença dos jesuítas em Portugal e no mundo. Nesta direção, especialmente na obra-chave “O mito dos Jesuítas”, ele problematiza a representação pombalina dos jesuítas que foi em boa medida perpetuada pelos liberais e maçons no oitocentos. De outra parte, José Eduardo explora o caráter paradoxal da perspectiva iluminista do Marquês de Pombal, colocando em evidência os seus traços autoritários em relação aos seus adversários – parte da nobreza e a Companhia de Jesus. Neste ano do bicentenário da restauração da Companhia de Jesus, na entrevista que segue, ele revisita as questões fulcrais da Companhia de Jesus ao longo de quase meio milênio e fala do projeto da edição das obras completas do padre Vieira.

Norberto Dallabrida (ND) – Neste ano foi concluída, na Universidade de Lisboa, a publicação da Obra Completa do Padre António Vieira, coordenada pelo senhor e por Pedro Calafate, ambos docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trata-se de uma obra colossal formada por trinta volumes de um agente social da elite intelectual luso-brasileira do seiscentos. Por que vocês conceberam e concretizaram esse projeto editorial?

José Eduardo Franco (JEF) – Uma cultura só se pode afirmar e se compreender plenamente se disponibilizar os seus clássicos, as fontes pioneiras da sua língua e da sua literatura, em edições completas e criticamente anotadas, mas também, desejavelmente, em traduções para as línguas de grande circulação internacional.

Decidimos empreender este projeto editorial de grande dimensão por reconhecermos a ausência de uma edição efetivamente completa da obra integral daquele que Fernando Pessoa apelidou de “imperador da língua portuguesa”. Constituía uma falha grave no quadro das línguas e das literaturas de expressão portuguesa a não existência de uma edição global e cientificamente preparada daquele que é considerado um dos maiores prosadores de todos os tempos. Muitos desejaram fazê-lo. Com efeito, desde os anos 50 do século XIX registaram-se quase duas dezenas de tentativas e projetos de fato começados de preparação de obras completas de Vieira. Todos ficaram pelo caminho, logrados por vicissitudes várias.

Na verdade, esta não é a única lacuna importante no âmbito da história da nossa cultura. Ainda há muito trabalho de casa a fazer para disponibilizar editorialmente as obras completas de figuras de primeira linha da história de Portugal e do Brasil. Consideramos que é nossa missão enquanto estudiosos da história e da literatura fazer este trabalho preliminar, esta tarefa de base, fundamental, que é trazer a lume de forma sistemática, global e criticamente anotada a obra toda dos autores mais importantes da nossa história. Não só é uma forma de recuperar e de dar a conhecer o que de melhor se produziu ao longo da nossa história cultural, qualificando o nosso património literário e potenciando o seu capital referencial em termos simbólicos e de inspiração criativa, como também é uma maneira de oferecer ao conhecimento de todos a integral dimensão dos trabalhos de cada autor, fomentando novas abordagens, investigações com reflexos na renovação dos conteúdos de ensino existentes sobre os mesmos. Portanto, editar a obra do maior orador luso-brasileiro de todos os tempos poderá ser um ponto de partida para motivar equipas de pesquisadores a realizarem trabalhos semelhantes em torno da obra de outros escritores, ou seja, a fazer o que eu chamo “o trabalho de casa da cultura”.

ND – Parabéns pelo vosso empreendedorismo editorial, que merece palmas no espaço luso-brasileiro e mundial. Quais os principais textos inéditos publicados na obra completa do padre Vieira que está sendo colocada a lume?

JEF – Em primeiro lugar, conseguimos publicar na totalidade, pela primeira vez depois de várias tentativas frustradas, aquela que Vieira considera a sua “obra magna”, a *Clavis Prophetarum* (“A chave dos profetas”), que o grande jesuíta morreu a escrever na Quinta do Tanque, onde estava retirado nos arredores da Baía na década de 90 do século XVII. Até se tinha difundido uma espécie de narrativa mais ou menos lendária que fazia desta obra um tratado maldito ou amaldiçoado pelos inquisidores que o censuraram. Atribuíam-se a essa maldição os insucessos havidos nas várias tentativas falhadas em vista da sua publicação total. Agora foi traduzida do latim e dada à luz do prelo em dois volumes, estando acessível a todos os que a queiram ler e desfrutar do conhecimento da utopia revolucionária que o autor propõe nesta obra.

Importa ainda salientar a edição nesta obra completa de mais de 100 cartas inéditas e parcialmente inéditas, muitas delas traduzidas do latim, permitindo assim ampliar e corrigir significativamente o trabalho importante feito no princípio do século XX por João Lúcio de Azevedo, o maior biógrafo de Vieira.

Depois há a acrescentar alguns sermões desconhecidos, relatórios e memoriais descobertos e reunidos

na nossa *Obra Completa*, ou até mesmo poesia e teatro da autoria do Padre António Vieira, que, com os textos acima referidos, ampliam em vários milhares de páginas a obra de Vieira conhecida até hoje.

ND – Por que Vieira distingue a sua obra *Clavis Prophetarum* (“A chave dos profetas”)? Comente um pouco essa “obra magna”.

JEF – Esta foi a obra que se tornou objeto das suas maiores, mais longas e mais ponderadas preocupações intelectuais. Dedicou-lhe longos anos e acabou por deixar-nos como uma espécie de testamento, um testamento-utopia para o seu povo, para o Brasil, para Portugal e para o mundo. À luz de uma fé inabalável em Cristo e no seu Evangelho, idealizou um mundo novo, uma sociedade humana nova, uma terra nova habitada por homens e mulheres capazes de viver em concórdia, em fraternidade e de praticar a justiça em harmonia com Deus e com a natureza. Preocupado que estava com as fraturas que se tinham aberto no seio da Cristandade europeia com os movimentos da Reforma e da Contrarreforma e das subsequentes guerras religiosas dos 30 Anos, com o estender dos conflitos europeus entre as potências coloniais à escala global, com o aumento da intolerância no seio do catolicismo, nomeadamente com a consolidação do poder da Inquisição e a perseguição aos judeus, Vieira quis propor uma via alternativa, quis revelar e afirmar que havia uma promessa de um mundo novo inscrita na genuína herança espiritual do cristianismo e desejada desde sempre por todas as culturas humanas. O padre Vieira traduziu essa utopia na ideia de Quinto Império, uma utopia proto-ecuménica, onde teriam lugar as culturas e ritos dos diferentes quadrantes da humanidade, inclusive as dos seus queridos e muito perseguidos cristãos-novos de origem judaica e os próprios judeus que ainda não se tinham convertido. Raymond Cantel, estudioso francês de Vieira, classificou a utopia consignada nos seus escritos proféticos, particularmente na *História do futuro* e *na chave dos profetas*, uma das mais generosas e mais globais utopias de sempre, pois abarcava toda humanidade e fazia do planeta terra no seu todo o palco da sua realização.

ND – O padre Vieira viveu de forma anfíbia entre a América Portuguesa e a Metrópole/Europa. Recentemente, o senhor organizou a coletânea “Entre a selva e a corte: novos olhares sobre Vieira” (Editora Esfera do Caos, 2009). Quais os aspectos inéditos trazidos por esse livro sobre a trajetória luso-brasileira de Vieira?

JEF – Por ocasião das comemorações dos 400 anos do nascimento do Padre António Vieira em 2008, entendi por bem convidar um grupo misto de especialistas brasileiros e portugueses, que desenvolviam investigação e

análise em torno da vida e obra deste jesuíta, para contribuir para uma obra coletiva com abordagens inovadoras sobre o maior orador da nossa história cultural comum. Pessoalmente, e como estudioso de Vieira, tenho a preocupação fundamental de unir pesquisadores brasileiros e portugueses nas equipas de pesquisa que constituíam no meu Centro de Investigação para estudar quer o Brasil colónia, quer o Portugal da Época Moderna e, particularmente, António Vieira. Tendo nós uma história comum de séculos, faz grande sentido juntarmos os olhares e os métodos e práticas científicas de ambos os lados de Atlântico para realizarmos estudos avançados com resultados ricos e inovadores. Felizmente, conseguimos reunir uma plêiade de excelentes especialistas que focaram aspectos importantes do pensamento e do impacto dos escritos deste Pregador, destacando, como o título indica, a sua longa vida marcada por duas experiências extremas: o convívio com reis, príncipes e outras figuras da alta elite europeia tanto na corte portuguesa como noutras cortes, por exemplo a de França, a corte papal ou a da rainha Cristina da Suécia, entre outros ambientes de grande prestígio e conforto; e a sua vida aventureira de missionário e fundador de novas missões em regiões inóspitas dos sertões das selvas brasileiras, procurando converter à fé cristã o maior número possível de ameríndios. Temos nesta obra, que foi muito bem acolhida pelo público leitor especializado e não só, estudos importantes que situam a obra de Vieira no debate entre os Antigos e Modernos, onde se observa o jesuíta a ter uma posição bem avançada, considerando, na esteira de Bacon e contra os conservadores antimodernos, que os verdadeiros Antigos são os Modernos, na medida em que estes têm atrás de si a longa experiência de acumulação de saber herdada da tradição científica e cultural. Por seu lado, temos análises que relevam a grande atenção de Vieira aos problemas do seu tempo, estando em sintonia com preocupações e perspectivas de figuras como Newton, que também apostaram em soluções utópicas para resolver os problemas da humanidade. Dispomos neste livro, entre muitas outras abordagens, de ensaios sobre a incontornável Teologia do Quinto Império, a relação atribulada de Vieira com a Inquisição e a sua indefectível defesa dos judeus e cristãos-novos, a extraordinária projeção dos sermões de Vieira que chegaram até ao Sudão, além de estudos que analisam o pensamento antropológico do Padre António Vieira e a sua reflexão crítica, considerada precursora como proto-pensamento fundador de uma ideografia dos Direitos Humanos que se viriam a afirmar no século seguinte das Luzes e da Enciclopédia.

ND – Em verdade, os estudos sobre o padre António Vieira são um desdobramento do revisionismo historiográfico sobre os jesuítas que o senhor colocou em

marcha desde a sua dissertação de mestrado, cujo tema foi a revista *Brotéria*, que se aprofundou na sua tese de doutorado, publicada em dois tomos e sob o título “O mito dos jesuítas”. O senhor poderia justificar o seu investimento científico no sentido de problematizar a representação da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil?

JEF – Permita-me que esclareça que o meu interesse pela Companhia de Jesus como objeto de estudo partiu precisamente das minhas primeiras pesquisas e ensaios sobre o Padre António Vieira. Em 1995, defendi uma tese na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa sobre o pensamento utópico de Vieira e os seus fundamentos teológicos, tendo dois anos depois, no ano de 1997, publicado um livro em coautoria com o meu colega Bruno Cardoso Reis sobre “Vieira na literatura anti-jesuítica”, onde pude abrir caminhos de pesquisa para estudos especializados e mais aprofundados quer em torno de personalidades e revistas, quer em torno de grandes temas e problemáticas relativas aos Jesuítas. Com efeito, foi o estudo atento de Vieira que me despertou o interesse por um trabalho mais aturado sobre a Ordem fundada por Santo Inácio de Loyola em algumas das suas mais significativas expressões, influências e contradições. Dentre os diferentes trabalhos que publiquei sobre este campo de estudo, ficaram mais conhecidas as seguintes obras: *Brotar educação* (1 volume), sobre a história e o pensamento pedagógico da revista mais importante dos Jesuítas em Portugal (a *Brotéria*) e *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente* (2 volumes). Os meus livros sobre os Jesuítas, mas também sobre os seus críticos e inimigos, pretendem fundamentalmente – na linha de outros ensaios que têm sido publicados nas últimas décadas em vários países, nomeadamente em França, onde me doutorei na EHESS – contribuir para propor uma nova e mais complexa leitura da história dos jesuítas e da história de Portugal e do Brasil na relação com a Companhia de Jesus. A nossa história cultural e política está muito marcada por hermenêuticas simplistas e simplificadas do papel e da ação da Companhia de Jesus, decorrentes da produção, especialmente desde o tempo do Marquês de Pombal, de uma historiografia apologética e de uma cultura de combate que gerou muito discurso propagandístico, ora estabelecendo, de um lado, uma imagem negra da Companhia de Jesus como responsável pelos séculos negros da nossa decadência, ora, do outro lado afeto aos inicianos, fazendo dos Jesuítas a Ordem mais brilhante, mais inovadora, mais eficaz, mais laboriosa e mais empreendedora da história da Igreja. À luz do ideário da “história da complexidade” – concebido pela Escola dos Annales e pela cognominada “Nova História” que inaugurou, a fim de superar o ideário da história positivista e da “história tribunal” –, procurámos sugerir um olhar diferente e mais

matizado sobre a trajetória dos Jesuítas a partir de vários ângulos e usando as novas ferramentas interdisciplinares que hoje podem enriquecer grandemente o conhecimento histórico. O nosso escopo passa fundamentalmente por compreender e fazer compreender, do modo mais distanciado possível e evitando a tentação de julgar o passado, em ordem a realizar aquilo a que chamo o trabalho de desminagem da história povoada de estereótipos (quais minas prontas a rebentar) que condicionam a nossa interpretação, ou seja, o trabalho de despreconceitualizar a leitura histórica que temos a obrigação de realizar como historiadores. O historiador não é um juiz, o historiador é antes um ressuscitador de mortos e deve apresentá-los, ao olhar das mulheres e homens seus contemporâneos, na sua mais inteira estatura, a mais próxima possível do tempo em que esses mortos, agora ressuscitados pelo discurso histórico, realmente viveram e tendo em conta o quadro mental das suas sociedades vivas. Procuramos, pois, entender a óptica dos vários atores históricos e seus múltiplos interesses em jogo em cada época e o contexto cultural, político e religioso, assim como destacamos a importância dos imaginários sociais que marcaram as mundividências onde se geram as iniciativas fundadoras dos movimentos históricos, onde se desempenham os papéis pessoais e institucionais e onde também se desenharam os conflitos sociais. Portanto, sendo a história humana uma história quase sempre dramática, uma história em tensão e conflito, o historiador tem a obrigação de conhecer e compreender a raiz do conflito histórico que faz mover a história da humanidade. Sendo a história muitas vezes vivida, percebida e representada pelos seus autores e construtores de memória histórica como uma história dramática, cabe, porém, ao historiador crítico distanciar-se e desenvolver aquilo a que eu chamo um método de desdramatização da memória histórica. Só desdramatizando as imagens feitas do passado poderá o historiador verdadeiramente compreender as raízes e os atores da história enquanto drama.

ND – A representação pombalina dos jesuítas, que emergiu em meados do século XVIII, teve um impacto significativo e vida longa, sendo ressignificada pelos liberais e maçons no oitocentos e, particularmente, na instituição da República portuguesa na década de 1910. O senhor poderia matizar esse antijesuítismo de longa duração na História de Portugal?

JEF – Embora o Marquês de Pombal se tenha revelado um dos grandes protagonistas bem-sucedidos no combate à implantação e influência dos Jesuítas no século XVIII, expulsando e contribuindo para a destituição da Companhia de Jesus enquanto Ordem na Igreja Católica, o antijesuítismo é um fenómeno muito mais vasto e mais complexo. A crítica e a oposição à afirmação dos Jesuítas

nascem com o nascimento da sua Ordem em 1540, e a corrente do antijesuítismo acompanha a expansão global desta instituição religiosa ao longo de toda a época Moderna, persistindo durante a época contemporânea até boa parte do século XX. Os ideólogos e os propagandistas antijesuítas surgem dos mais variados quadrantes, registando-se as primeiras manifestações de crítica sistemática à natureza e ação dos Padres da Companhia dentro da própria Igreja entre o clero católico regular e secular, nomeadamente entre Dominicanos e Franciscanos, até ganhar terreno entre o protestantismo, que começou a temer esta Ordem católica muito eficaz. Há a relevar o papel da corrente jansenista e algumas das suas figuras maiores, como o filósofo Blaise Pascal, no combate à teologia moral e aos métodos pastorais dos Jesuítas, sem deixar de salientar os inimigos políticos mais aguerridos dos Jesuítas no século das Luzes, que vão levar a melhor a esta poderosa Ordem, conseguindo abatê-la com o apoio das monarquias católicas e depois do próprio papado na segunda metade de setecentos.

Em Portugal e no Brasil colónia, os Jesuítas encontram desde os primeiros anos da sua implantação fortes opositores, não só entre missionários e frades de outras Ordens, entre inquisidores e bispos, como entre colonos, cujos interesses económicos colidiam com os dos jesuítas. Este antijesuítismo português e brasileiro vai engrossando em arsenal de críticas e imagens negativas, até encontrar no tempo de Pombal um braço político forte que acaba por cumprir as velhas reivindicações de limitação da esfera de ação dos Jesuítas – reivindicações que já vinham muito de trás, mas às quais o poderoso Ministro de D. José I, Sebastião José Carvalho e Melo, sentindo-se ameaçado na sua posição por alguns *opinion makers* da Companhia de Jesus, decidiu responder *cortando o mal pela raiz* e decretando-lhes a expulsão. Todavia, mais do que esta medida política ousada foi significativo e modelador o investimento do Estado pombalino numa máquina de propaganda para justificar a necessidade de combate com a produção e divulgação de autênticos “catecismos antijesuíticos” traduzidos em várias línguas. Estas edições estabelecem um mito negro dos Jesuítas, fazendo-os responsáveis pela decadência portuguesa e constituindo-os como temíveis inimigos de todos os poderes legítimos e das políticas em favor do progresso da humanidade. Esta *imagerie* negra da Companhia de Jesus vai ter uma forte influência nos discípulos antijesuítas do período liberal e republicano, erigindo os Jesuítas como o Outro negativo por excelência, o estrangeiro invasor, o inimigo a evitar e a abater. Uma verdadeira ideologia antijesuítica afirma-se no discurso propagandístico de uma cultura de combate. O antijesuítismo e a leitura dogmática e simplificada do passado português fazem do jesuítismo um sebastianismo

invertido. Ou seja, enquanto que a corrente do sebastianismo depositava no aparecimento de um Rei Restaurador a possibilidade de regeneração e reafirmação de Portugal no mundo, na Companhia de Jesus e no jesuítismo que aquela gerava projetavam-se todos os receios, medos e influências degenerescentes. A corrente antijesuítica, transversal a muitas correntes e ideologias (normalmente anticatólicas, mas não só), encontrou nos Jesuítas um bode expiatório facilmente mobilizador para agregar massas em torno de causas que, no fundo, pouco tinham a ver com a questão da Companhia de Jesus e o seu ideário. Os Jesuítas tornaram-se um bom campo imaginário, com um magnetismo propagandístico muito eficaz para mover multidões e simplificar explicações dos males que acometiam a sociedade.

ND – Como o senhor analisa o antijesuítismo na instituição da República em Portugal no início dos anos 10 do século XX? Nesse processo há aspectos novos?

JEF – A corrente antijesuítica, que por vezes assume foros de uma verdadeira *ideologia negativa*, torna-se muito mimética, muito repetitiva. É uma espécie de sinfonia de sons sempre iguais, que toca sempre a mesma ária, mudando apenas algumas tonalidades e alguns instrumentos. A primeira lei que o regime da I República portuguesa, democrática e alegadamente pluralista, publica a 8 de outubro de 2010 não é mais do que a reposição em vigor da lei do Marquês de Pombal, do tempo do Absolutismo, que expulsara os Jesuítas. Boa parte das correntes laicas do período do liberalismo como do republicanismo do século XIX e primeiras décadas do século XX herdaram a obsessão antijesuítica do tempo do Marquês de Pombal, incrementando-a em grau extremo numa espécie de jesuitofobia. Reproduziram e aplicaram primária e generalizadamente a ideia de que os Jesuítas foram os grandes, quando não os únicos, responsáveis pela decadência do país, relendo toda a história nacional com base nesta chave hermenêutica. Aqui se observa a afirmação plena da “causalidade diabólica”, muito teorizada por León Poliakov, para explicar os efeitos da ação da Companhia de Jesus como produtora de decadência social, moral, artística, económica, religiosa e política. O aspecto mais inovador do discurso antijesuítico deste período é o recurso a argumentos científicos para explicar o papel degenerescente dos Jesuítas. Posso referir, como exemplo, o caso emblemático do médico psiquiatra Miguel Bombarda, ideólogo republicano e cientista materialista renomado, que tentou demonstrar, na sua obra célebre “Ciência e Jesuítismo” editada no primeiro ano do século XX, que a vocação para alguém se tornar jesuíta resultaria de uma doença mental, de uma deformidade cerebral. Tornar-se jesuíta seria uma forma de loucura, uma falta

de razoabilidade. Entendidos como seres degenerados, os Jesuítas foram caracterizados pelos ideólogos e cientistas republicanos com anti-heróis inoculadores de uma espécie de veneno que degenerava as sociedades onde exerciam a sua influência e as conduziam a um retrocesso e obscurantismo invencível. É aqui que a corrente do antijesuitismo vai formular soluções eugenistas e próximas do nazismo, ao defender que era preciso recorrer a determinados métodos de isolamento (em ilhas desertas, em manicómios ou em regiões continentais interiores, ermas e isoladas) para levar à extinção desta raça degenerada de homens e evitar a propagação da sua pestilência religiosa. O antijesuitismo caiu no excesso ideológico de usar todas as ferramentas interpretativas disponíveis para abater a presença e a herança jesuítas, exercitando um perigoso caminho hermenêutico simplificador para mobilizar os seus adeptos contra um inimigo que se descrevia como uma ameaça estrangeira para melhor afirmar a proposta da Ideia Republicana, que fazia do jesuitismo o seu retrato negativo.

ND – No presente ano comemora-se o bicentenário da restauração da Companhia de Jesus, que é parte integrante da restauração política na Europa, cuja ponta do *iceberg* foi o Congresso de Viena. Para o nosso mundo contemporâneo, marcado pela globalização neoliberal, secularização e pluralidade cultural, qual/is o/s principal/is legado/s dos jesuítas?

JEF – A Companhia de Jesus tem-se revelado ao longo destes seus quase 500 anos de história uma das Ordens da Igreja Católica com mais capacidade de resiliência, de adaptação, de resistência e, digamos a palavras exatas, de sobrevivência bem-sucedida. Não deixa de ser um dos fatores que causam espanto, questionamento e produzem diferentes leituras, tanto da parte dos simpatizantes como da parte dos detratores, o facto de a Ordem de Santo Inácio ter sido uma das instituições católicas mais criticadas, mais perseguidas e expulsas quer dentro, quer fora da Igreja, quer no contexto dos Estados cristãos, quer fora de sua jurisdição, regressando sempre, renascendo das cinzas. Não esqueçamos que, como a Companhia de Jesus, outras Ordens foram objeto de perseguição e até de extinção pontifícia, como é o caso mais conhecido dos Templários. Contudo, os Templários desapareceram enquanto Ordem – a não ser que consideremos a sua metamorfose portuguesa na Ordem de Cristo um significativo resquício da sua sobrevivência localizada – e não tiveram a capacidade de reprojeção que os Jesuítas haveriam de granjear. Registam-se em toda a história dos Jesuítas quase uma centena de acontecimentos persecutórios, de expulsões e outras medidas de limitação da sua ação em todos os continentes onde se implantaram. Só no Brasil colónia conhecem-se várias expulsões parciais e em Portugal três

expulsões totais. Foram contestados, violentamente odiados e impiedosamente expulsos, ora por serem demasiado ousados e progressistas, ora por serem conservadores, ora pela sua liberdade crítica em relação a interesses de elites coloniais e senhores poderosos, ora por se imiscuírem em assuntos temporais, ora ainda por terem criado poderosas infraestruturas de ensino, redes de campos missionários em todos os continentes e terem discordado fortemente de práticas escravagistas.

A sua ação multimoda fez dos Jesuítas um mito *janiforme*, ou seja, de duas faces: de face luminosa por parte dos que simpatizavam e defendiam o seu papel e a sua influência, considerada muito benéfica e/porquanto guiada pelo Espírito Santo; e de face negra por parte dos que procuravam explicar a sua eficácia organizativa e expansiva como sendo devida a métodos obscuros conspirativos e pouco cristãos.

Não obstante, o mito simplificou, de ambos os lados da barricada, a natureza e o modo de agir e pensar dos Jesuítas. Os membros da Companhia nem sempre atuaram e pensaram do mesmo modo, mesmo em contextos e tempos semelhantes. Jesuítas houve santos, ousados, correntes, brilhantes oradores e empreendedores, como houve a um tempo Jesuítas que se contradisseram, relaxaram os seus ideais, conspiraram, renegaram os seus ideais. Assim aconteceu com os Jesuítas como em todas as instituições humanas, por mais perfeitas que se apresentem.

Apesar de todas as medidas políticas de expulsão e de eliminação, a Companhia de Jesus regressou sempre, qual Fénix renascida das cinzas, e é hoje novamente uma das mais importantes, umas das mais influentes Ordens da Igreja Católica, especialmente no plano da cultura e da ciência, contando com milhares de membros superiormente qualificados a dirigir instituições educativas, a trabalhar em colégios e universidades, a atuar como missionários, a orientar centros de espiritualidade, com ação pastoral nos mais diferentes ambientes e esferas sociais.

Em grande medida, do ponto de vista da sociologia das organizações e das novas ciências do empreendedorismo, especialistas das mais variadas áreas, como Charles Boxer, Dauril Alden ou Chris Lowmney, procuraram explicar esta capacidade de resiliência e de adaptação a diferentes tempos e contextos complexos à luz do seu modo de organização e de governo centralizado e concêntrico, ou seja, coordenado através de poderes polarizados, mas sempre referindo-se e prestando contas a um poder central que tudo dirige de Roma, na pessoa do Superior Geral e do seu conselho. Por isso, apelidaram a Companhia de Jesus de multinacional *avant la lettre*, contemporânea antes do tempo, com capacidade de coordenar simultaneamente uma rede bem montada de comunidades e atividades em todos os continentes. Portanto, a Ordem concebida por

Inácio de Loyola no tempo da era da protoglobalização foi preparada para responder aos desafios de um mundo que se globalizava: uma Ordem ágil, capaz de criar redes e atuar coordenadamente, com protocolos simplificados, e fielmente em vários palcos do planeta.

Por outro lado, valores fundantes e fundamentais de carácter espiritual e de formação humana inculcados por uma formação académica longa e diversificada – excepcionalmente longa se tivermos em horizonte de comparação o tirocínio praticado pelas outras Ordens religiosas – confe-

rem aos jesuítas mais eficácia e influência. O investimento fortíssimo na educação sólida dos seus membros é sem dúvida um dos fatores do sucesso e da capacidade de manter atual o legado e a pertinência da ação dos Jesuítas. O empreendedorismo, a educação integral e superior, a fidelidade ao seu ideal de Ordem religiosa, a capacidade de adaptação a diferentes culturas e mentalidades, o trabalho em rede são aspectos que fazem dos Jesuítas uma das Ordens que melhor soube responder às transformações de um mundo em acelerado processo de globalização.